

Regulamentação da profissão e legislação





Sumário:

- ▶ Legislação e regulamentos na área da computação atualmente.
- ▶ Projetos de lei atuais para a regulamentação da profissão.
- ▶ Análise de projetos de lei e regulamentação.
- ▶ Posicionamento do sindicato e entidades.

1

Legislação e Regulamentação de TI. Atualmente.



Comparado as demais profissões que exigem um ensino superior e diplomacia, atualmente na área de TI não é necessário uma formação acadêmica para poder exercer as funções, isso se dá pela alta necessidade de profissionais no mercado atual brasileiro.



Porque um profissional de
TI Não Precisa de formação?



45,7%

Empresas brasileiras já estão implementando estratégias de transformação digital.

30,5%

Estão desenvolvendo uma estratégia para esse fim.

1,9%

Ainda não possuem planos para abraçar essa mudança





408 MIL

De acordo com a Softex - Organização Social Civil de Interesse Público(OSCIP) voltada ao fomento da área de TI, o mercado de trabalho brasileiro está com déficit de cerca de 408 mil profissionais de TI.

Com isso torna-se normal a grande presença de profissionais de TI não formados, resultando na dificuldade de legislação e regulamentação da área.



Com isso torna-se normal a grande presença de profissionais de TI não formados, resultando na dificuldade de legislação e regulamentação da área.



8

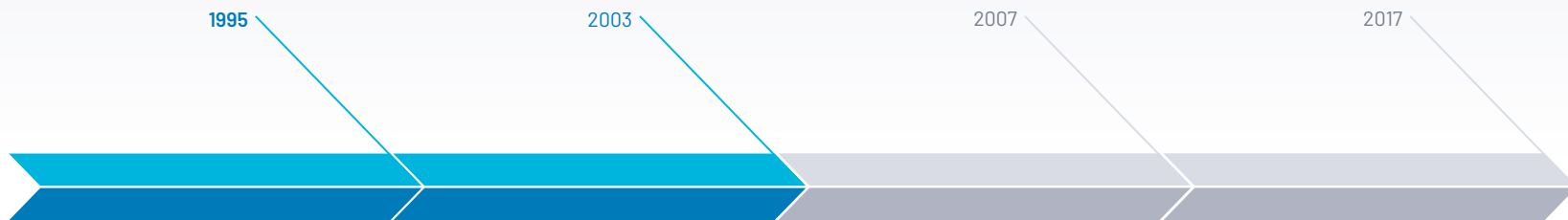
Projetos de lei e Requerimentos.

PSL 607/2007

PSL 317/2017



Dados desde 1995 até os tempos atuais, contamos com o total de 14 projetos de leis e 5 requerimentos.



PL 815/1995

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 815, de 1995, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Informática.

PL 1.947/2003

Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.

PLS 607/ 2007

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

PLS 317/2017

Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões, Suporte e suas correlatas, e dá outras providências.

Criação do Conselho:

"

"Os Conselhos são instrumentos poderosos de fiscalização, impondo limites e estabelecendo parâmetros justos e equilibrados para o bom andamento da atividade altamente positiva em sua consulta pública e divulgação de conhecimentos"



Analise de projetos de lei:



PSL 607/2007

Primeiramente a proposta 607/2007 se destaca das demais pois, além de exigir um diploma de curso superior para a atuação na área, propôs a criação do conselho federal e regional de informática.

Mesmo com sua recepção altamente positiva em sua consulta pública o processo não teve efetivação nas casas legislativas.

► Analise de projetos de lei:



PSL 317/2017

Por fim uma das propostas mais atuais 317/2017, gira em torno dos mesmos conceitos, exige diploma ou 5 anos de atuação para continuar na área de atuação citadas na proposta que não estavam presentes em propostas mais antigas,

Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de redes, etc. São exemplos de profissões que foram englobadas nessa nova PSL.

Isso demonstra a constante evolução e mudança no setor de TI, um dos fatores que torna sua regulamentação tão difícil.



Entidades e Sindicatos.

SBC & SINDPD.



Sociedade Brasileira de Computação(SBC).

Objetivo:

A SBC tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do ensino da pesquisa científica e tecnológica da computação no Brasil.

Defende:

- Ø Exercício da profissão de Informática deve ser livre e independer de diploma ou comprovação de educação formal.
- Ø Nenhum conselho de profissão pode criar qualquer impedimento ou restrição ao princípio acima.

- A área deve ser autorregulada.

Posicionamento SBC:

"A SBC posiciona-se CONTRA o estabelecimento de uma reserva de mercado de trabalho, geralmente instituída pela criação de conselho de profissão em moldes tradicionais o qual, como já ocorre em muitas outras áreas, pode levar a uma indevida valorização da posse de um diploma em detrimento da posse do conhecimento, que é a habilitação que ele deveria prover.



“
A SBC é a FAVOR de liberdade do
exercício profissional, sendo o
conhecimento técnico-científico e social,
normalmente adquirido em curso superior
de boa qualidade, o principal diferencial
de competência profissional. O diploma,
com todas as informações que
o compõem, é o principal e melhor
instrumento para proteção da Sociedade.”



Sindicato dos trabalhadores em processamento de dados e tecnologia da informação do estado de São Paulo (SINDPD).

Objetivo:

Ao contrário do SBC o sindicato tem uma visão contrária, a qual pontua alguns riscos ao trabalhador de não possuir regulamentação de profissão. E utiliza a regulamentação a favor do trabalhador negociando em pauta benefícios de ser diplomado.

Defende:

- Ø Obrigatoriedade de formação superior para exercício da profissão de Informática.
- Ø Beneficiar e valorizar o mercado atual de TI, buscando maior visibilidade e melhorias de leis para os trabalhadores formados.

Posicionamento SINDPD:

“A regulamentação do contrato intermitente sem distinção de categoria é uma das medidas estabelecidas pela Lei 13.467/17. Atualmente, a prática é aplicada em setores específicos, que possuem serviços eventuais e descontinuados. A modalidade, porém, passará a valer para todo o mercado de trabalho. Isso fará com que o empregado fique sempre à disposição do empregador, mesmo sem ter a garantia de uma remuneração fixa ao final do mês.”



Segundo Antônio Neto, presidente da CSB e do SINDPD, o mecanismo pode provocar a substituição de trabalhadores fixos por intermitentes, limitando os direitos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho. No vídeo divulgado pela Central, o dirigente esclareceu a importância de utilizar a Lei brasileira como forma de proteção à classe trabalhadora, além de reafirmar a importância de procurar os sindicatos representantes.



Comparação SINDPD x SBC:



Por um lado o **SINDPD** defende a regulamentação, a qual poderia gerar certa organização e ascensão do setor e dos profissionais e beneficiar-los dentro das normas CLT.

Por outro, diversas empresas se beneficiam com a falta dela, o que sinaliza um desinteresse em garantir os direitos do profissional, pois [privilegia-se a produção de serviços](#).

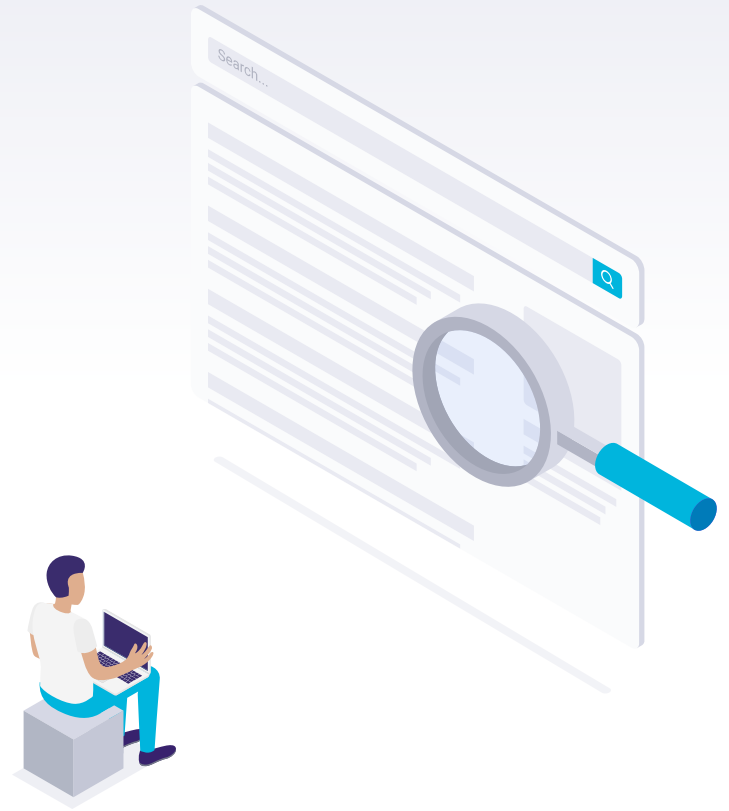
Obrigado!

Profissões em Sistemas da informação.

Feito por:

Bernardo Hipólito (12111BSI219)

Julio Cesar (12021BSI258).



Referencias:

- ▶ *Análise sobre a regulamentação do profissional do setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil:* <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657662/26843>
- ▶ *Artigo: Falta de profissional de TI no mercado brasileiro um problema que demanda atenção urgente:* <https://tiinside.com.br/11/03/2022/falta-de-profissionais-de-ti-no-mercado-brasileiro-umproblema-que-demanda-atencao-urgente/>
- ▶ *PSL 607/2007*
: <https://legis.senado.leg.br/sdleggeter/documento?dm=644214&ts=1630421551701&disposition=inline>
- ▶ *PSL 317/2017:* <https://legis.senado.leg.br/sdleggeter/documento?dm=7164555&ts=1657137168185&disposition=inline>
- ▶ *Site da SINDPD:* <https://sindpd.org.br/sindpd/site/interna.jsp?m=1&s=1#:~:text=Neto%20tamb%C3%A9m%20pre side%20a%20CSB,Previd%C3%Aancia%20Social%20e%20a%20flexibiliza%C3%A7%C3%A3o>